



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
DO ESTADO DA PARAÍBA

**CASA DE EPITÁCIO PESSOA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**Ofício nº 132/2024/ALPB/GP**

**João Pessoa, 13 de março de 2024.**

Ao Excelentíssimo Senhor  
**Dr. JOÃO AZEVÊDO LINS FILHO**  
Governador do Estado da Paraíba  
**Palácio da Redenção**  
Nesta

**Assunto: Autógrafo nº 652/2024 - Projeto de Lei nº 1.108/2023**

Senhor Governador,

Participo a Vossa Excelência o Autógrafo nº 652/2024, referente ao Projeto de Lei nº 1.108/2023, de autoria do Deputado Estadual Dr. Romualdo, que “Dispõe sobre a Política Estadual de apoio à Pessoa com Câncer e seus familiares e dá outras providências”.

Atenciosamente,

**ADRIANO GALDINO**  
**Presidente**



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
DO ESTADO DA PARAÍBA

**CASA DE EPITÁCIO PESSOA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**AUTÓGRAFO Nº 652/2024  
PROJETO DE LEI Nº 1.108/2023  
AUTORIA: DEPUTADO DR. ROMUALDO**

**Dispõe sobre a Política Estadual de apoio à  
Pessoa com Câncer e seus familiares e dá  
outras providências.**

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA DECRETA:**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Fica instituído o Estatuto da Pessoa com Câncer, destinado a assegurar e a promover o acesso ao tratamento célere e adequado para a pessoa com câncer, com vistas a garantir o respeito à dignidade, à cidadania e à sua inclusão social.

**§ 1º** Esta Lei traz objetivos essenciais à proteção dos direitos da pessoa com câncer e de seus familiares, bem como estabelece princípios com vistas à efetivação de políticas públicas de prevenção e combate ao câncer.

**§ 2º** A conscientização e o apoio à família da pessoa com câncer constituem compromissos fundamentais do Estado e fazem parte indispensável deste Estatuto.

**CAPÍTULO II  
DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS**

**Art. 2º** São princípios essenciais deste Estatuto:

- I – o respeito à dignidade da pessoa humana, a saúde, a não discriminação e a autonomia individual;
- II - acesso célere e universal ao tratamento adequado;
- III - estímulo à prevenção e ao diagnóstico precoce;
- IV - informações claras e confiáveis sobre a doença e o seu tratamento;
- V - transparência das informações dos órgãos e das entidades em seus processos, prazos, fluxos, filas de espera e atendimentos;
- VI - oferecimento de tratamento sistêmico;
- VII - estímulo à formação e à especialização dos profissionais envolvidos;
- VIII - conscientização da educação e do apoio familiar, com a humanização da atenção ao paciente e à sua família;

IX – permanente ampliação da rede de atendimento e da sua infraestrutura.

**Art. 3º** São objetivos essenciais deste Estatuto:

I - garantir e viabilizar o pleno exercício dos direitos sociais da pessoa com câncer e de seus familiares;

II - promover mecanismos adequados para o diagnóstico precoce da doença, inclusive com a garantia de obtenção do diagnóstico em até 30 (trinta) dias;

III - garantir o tratamento adequado, nos termos das Leis Federais nº 8.808/1990 (Lei Orgânica da Saúde), nº 12.732/2012 (diagnóstico em até 30 dias e início do tratamento em até 60 dias), e nº 14.450/2022 (câncer de mama);

IV - fomentar a comunicação, a publicidade e a conscientização sobre a doença, sua prevenção, seus tratamentos e os direitos da pessoa com câncer;

V - garantir transparência das informações dos órgãos e das entidades em seus processos, prazos e fluxos e o acesso às informações imprescindíveis acerca da doença e do seu tratamento pelos pacientes e por seus familiares;

VI - fomentar a criação e o fortalecimento de políticas públicas de prevenção e combate ao câncer;

VII - viabilizar métodos e sistemas para aferição qualificada do número de pessoas acometidas pela doença;

VIII - combater a desinformação e o preconceito;

IX - contribuir para melhoria na qualidade de vida e no tratamento da pessoa com câncer e de seus familiares;

X - estimular a expansão contínua, sustentável e responsável da rede de atendimento e de sua infraestrutura.

### **CAPÍTULO III DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

**Art. 4º** São direitos fundamentais da pessoa com câncer:

I - obtenção do diagnóstico em até 30 (trinta) dias e início do tratamento em até 60 (sessenta) dias, nos termos da Lei Federal nº 12.732/2012;

II - acesso a informações transparentes e objetivas relativas à doença e ao seu tratamento;

III - presença de acompanhante durante o atendimento e o período de tratamento;

IV - acolhimento, preferencialmente, por sua própria família, em detrimento de abrigo ou de instituição de longa permanência, exceto da que careça de condições de manutenção da própria sobrevivência;

V – garantia de aluguel social para os casos em que o paciente e seus acompanhantes precisem se deslocar para obter tratamento fora de seu município;

VI - tratamento domiciliar priorizado;

VII - prioridade na tramitação dos processos judiciais e administrativos;

VIII – o acompanhamento da suspeita de confirmação de diagnóstico de neoplasia maligna de mama com abordagem personalizada da paciente, nos termos da Lei Federal nº 14.450/2022.

### **CAPÍTULO IV DOS DEVERES**

**Art. 5º** É dever do poder público assegurar à pessoa com câncer, prioritariamente, a plena efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à assistência social e jurídica, à convivência familiar e comunitária.

**Art. 6º** Nenhuma pessoa com câncer será objeto de qualquer tipo de negligência ou discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação qualquer distinção, restrição ou exclusão em razão da doença, mediante ação ou omissão, que tenha como efeito prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento dos direitos assegurados nesta Lei.

§ 2º Todo cidadão poderá comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta Lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.

**Art. 7º** É dever do Estado desenvolver políticas públicas de saúde específicas, direcionadas à pessoa com câncer e seus familiares, que incluam, entre outras medidas:

- I - promover ações e campanhas preventivas da doença;
- II - promover avaliação periódica do tratamento ofertado aos pacientes com câncer na rede pública estadual de saúde e adotar as medidas necessárias para diminuir as desigualdades existentes;
- III - organizar programa de rastreamento e diagnóstico que favoreça o início precoce do tratamento;
- IV - promover campanhas de conscientização a respeito de direitos e do tratamento de saúde da pessoa com câncer;
- V - promover o acesso da pessoa com câncer ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Poder Judiciário em todas as suas instâncias;
- VI - estimular, por meio de assistência jurídica, o conhecimento e o acesso aos incentivos fiscais e aos subsídios devidos à pessoa com câncer;
- VII - formular políticas direcionadas à pessoa com câncer que esteja em situação de vulnerabilidade social, de forma a facilitar o andamento dos procedimentos de diagnóstico e de tratamento, incluindo a garantia do aluguel social, previsto no inciso V do artigo 4º desta Lei;
- VIII - investimento mínimo de 2% (dois por cento) das verbas públicas gastas com publicidade e propaganda em campanhas de prevenção e conscientização para tratamento do câncer.

§ 1º O Poder Público providenciará a afixação, nos prédios públicos situados no Estado, em local de fácil visualização para o público em geral, de cartazes de divulgação dos direitos dos pacientes com câncer ou com suspeita da doença.

§ 2º As mesmas informações referidas no parágrafo primeiro deste artigo deverão constar em protocolos de exames, prontuários e outros documentos fornecidos aos pacientes do sistema público de saúde de responsabilidade do Estado da Paraíba.

**Art. 8º** Os direitos e as garantias previstos nesta Lei não excluem os já resguardados em outras legislações.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, “Casa de Epitácio Pessoa”, João Pessoa, 13 de março de 2024.

**ADRIANO GALDINO**  
**Presidente**